

“É TRABALHAR OU MORRER DE FOME”:
NEOLIBERALISMO, PANDEMIA E VIOLÊNCIA NO TWITTER

*“It’s a Matter of Working or Dying of Hunger”:
Neoliberalism, Pandemic, and Violence on Twitter*

DOI: 10.14393/LL63-v38-2022-29

Cristiane Carvalho de Paula Brito*

Thyago Madeira França**

Rogério de Castro Ângelo***

RESUMO: Este artigo visa problematizar discursividades acerca do *lockdown* engendradas no Twitter por figuras políticas públicas. Com base na Análise do Discurso pecheutiana e nas considerações de Foucault e Mbembe sobre biopoder e necropolítica, buscamos, no *corpus*, regularidades enunciativas (des)veladas nos efeitos metafóricos produzidos no batimento entre o fio do discurso e a interdiscursividade. Em nossas análises, delineamos três discursos predominantes, a saber: o discurso da rivalidade, o discurso do desamparo e o discurso religioso, os quais são constituídos por uma interdiscursividade neoliberal, que, por sua vez, funciona de modo a desresponsabilizar o Estado perante as mazelas enfrentadas pelos cidadãos e a corroborar o sofrimento daqueles que fazem parte do “sul global”.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia. Discurso. Redes sociais. Lockdown. Necropolítica.

ABSTRACT: This article aims to problematize discourses about the lockdown engendered on Twitter by public political figures. Based on Pecheut’s Discourse Analysis and on Foucault’s and Mbembe’s considerations on biopower and necropolitics, we seek in the corpus enunciative regularities (un)veiled in the metaphorical effects produced in the confront between the thread of the discourse and interdiscourse. In our analyses, we outline three predominant discourses, namely: the rivalry discourse, the helplessness discourse, and the religious discourse, which are constituted by a neoliberal interdiscursivity, which, in turn, serves to hold the State less responsible for the ills faced by citizens and to corroborate the suffering of those who are part of the “global south”.

KEYWORDS: Pandemic. Discourse. Social networks. Lockdown. Necropolitics.

* Doutora em Linguística Aplicada. Universidade Federal de Uberlândia (UFU). ORCID: 0000-0002-7210-6635. E-mail: depaulabrito(AT)gmail.com.

** Doutor em Estudos Linguísticos. Universidade Estadual de Goiás (UEG). ORCID: 0000-0002-7690-9611. E-mail: thymad(AT)gmail.com.

*** Doutorando em Estudos Linguísticos (PPGEL-UFU). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. ORCID: 0000-0002-0936-5028. E-mail: rogerioangelo(AT)iftm.edu.br.

1 Introdução

Este artigo visa a problematizar discursividades acerca do *lockdown* engendradas no Twitter por figuras políticas públicas, entre vendo efeitos de uma violência que se (des)vela em discursos de suposto apoio à classe trabalhadora. Com base nos estudos de Michel Pêcheux, partimos da compreensão de que os sentidos estão sempre *em relação a* e de que os processos de significação implicam na consideração das posições discursivas dos sujeitos enunciadoreis. Além disso, compreendemos que para significar(-se) os sujeitos se submetem, na/pela linguagem, a injunções histórico-ideológicas e sociais, bem como linguísticas, e que a suposta liberdade instaurada no ciberespaço se dá a partir da afiliação dos sujeitos a redes de sentido historicamente constituídas. Assim, ao tomarem a palavra que insurge do acontecimento instaurado, os sujeitos, no jogo de dispersão e unidade dos sentidos, retomam já-ditos, de modo a atualizar memórias do dizer e a (des)arranjar sentidos cristalizados.

Lacerda e Di Raimo (2019), ao analisarem o funcionamento discursivo da ironia em memes produzidos em respostas a um tuíte de Michel Temer, afirmam que “estar no digital significa, entre outras coisas, estar exposto a enxurradas de vozes e ecos que demandam unidade (organização), ainda que imaginária, e os retweets aparecem como possibilidade de dar corpo aos sentidos, organizando-os em texto” (LACERDA; DI RAIMO, 2019, p. 113). Assim, pensamos o Twitter como espaço que põe em cena posições ideológicas em consonância e dissonância, diálogos e conflitos, por meio de materialidades discursivas multimodais (verbal, sonoro, imagético) que, embora nem sempre apresentem um nome próprio ou uma função-autor, instauram sentidos em relação às vontades de verdade (FOUCAULT, 1996) e às tomadas de posição dos sujeitos que (re)twittam.

Criado em 2006, o Twitter se configura como uma rede social amplamente usada, com a estimativa de 1,3 bilhões de contas criadas e 335 milhões de usuários ativos mensalmente. Destes, quase 50% usam a rede diariamente¹. Ademais, há de se ressaltar que, em 2020, o

¹ Conforme informações do site: <https://kinsta.com/pt/blog/estatisticas-e-fatos-do-twitter/#:~:text=Embora%20existam%20mais%20de%201,de%20usu%C3%A1rios%20ativos%20por%20m%C3%AAs>. Acesso em: 31 maio 2021.

número de usuários ativos aumentou em 20 milhões, segundo o site da revista *IstoÉ*². Cada mensagem no *Twitter* pode ter até 280 caracteres, sendo possível compartilhar, atualmente, além do texto escrito (um tuíte), vídeos, imagens e memes. Viscardi salienta que

Ao se inscrever na rede, o usuário pode começar a seguir e ser seguido por outros usuários. A interação acontece, basicamente, de quatro formas: é possível 1) postar sua própria mensagem na rede (com links, imagens e vídeos); 2) “retuitar” a mensagem de alguém, com ou sem um comentário; 3) responder a um tuíte logo abaixo dele e 4) dar “like” em um tuíte sem necessariamente retuitá-lo ou comentá-lo. (VISCARDI, 2020, p. 1139-1140)

Desse modo, partindo do pressuposto de que as redes sociais são mais do que um mero suporte para a inserção de “mensagens”, argumentamos que a investigação de dizeres que circulam em espaços virtuais como o *Twitter* pode contribuir para a compreensão do funcionamento discursivo de sentidos que atravessam o sujeito que enuncia a partir de uma (re)postagem.

Para tanto, restringir-nos-emos à análise de 9 (nove) tuítes publicados a partir do lugar discursivo de autoridade política que representa as contas do então presidente da república Jair Bolsonaro e de seu filho Carlos Bolsonaro, vereador da cidade do Rio de Janeiro. Em relação ao nosso *corpus* de análise, interessa-nos responder a alguns questionamentos, a saber: i) o que se diz e/ou se silencia, ao se enunciar sobre as medidas restritivas, implementadas em decorrência da Covid-19?; ii) O que esses silêncios apontam em termos das inscrições ideológicas dos sujeitos enunciadores?; iii) Que imagens e já-ditos (sobre o *lockdown*, sobre os brasileiros, sobre a economia e sobre os próprios enunciadores) emergem a partir dos tuítes analisados?; e iv) Em que medida essas discursividades corroboram dispositivos necropolíticos que incitam o sofrimento daqueles que fazem parte do “sul global”, tomado aqui, na esteira de Santos (2020), não como espaço geográfico, antes como metáfora para se referir aos que sofrem com a exploração capitalista e com a discriminação racial e sexual?

A abordagem do *corpus* se dá a partir de uma filiação aos estudos da Análise do Discurso de Pêcheux (2002; 1999; 1997), postos aqui em diálogo com as reflexões sobre biopoder de

² Para maiores informações, ver: <https://istoe.com.br/twitter-surpreende-em-numero-de-usuarios-no-2o-trimestre/>. Acesso em: 31 maio 2021.

Foucault (1999) e necropolítica de Mbembe (2006). Para o desenvolvimento das análises, partimos do princípio do recorte de Orlandi (1996, p. 139), por meio do qual organizamos unidades discursivas em torno de “fragmentos correlacionados de linguagem e situação” que nos permitem identificar pontos de recorrência e de regularidade. Em seguida, dialogamos com o proposto por Pêcheux (2002, p. 57), ao empreendermos as análises a partir de “descrições regulares de montagens discursivas, [...] [de forma a] detectar momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posições [...], como efeitos de identificação assumidos e não negados” (PÊCHEUX, 2002, p. 57).

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo se organiza em três seções, sendo que na primeira apresentamos um breve arcabouço teórico sobre os estudos do discurso, em seguida uma reflexão teórica sobre biopoder e necropolítica e, por fim, a análise das discursividades acerca do *lockdown* a partir dos tuítes postados por Carlos e Jair Bolsonaro.

2 Língua e discurso

Para pensar as discursividades formuladas e postas em circulação acerca do *lockdown* no Twitter, cumpre dizer que nos afastamos de uma concepção de língua como mero instrumento de comunicação, em que um dado emissor (A) transmitiria uma mensagem a um receptor (B), o qual, sendo conhecedor do mesmo ‘código’, seria capaz de decodificar informações e, assim, compreender as intenções comunicativas do falante. Como forma de se afastar da ideia de imanência do significado e de uma perspectiva de controle da intencionalidade do dizer, dialogamos com a AD pecheutiana que estabelece que um mesmo dizer pode ter sentidos diferentes, a depender do lugar sócio-histórico-ideológico em que for produzida. Dessa forma, o lugar de produção do discurso, bem como a posição ocupada pelo sujeito do discurso, é determinante para a constituição do sentido. Tomar a língua(gem) pelo viés da discursividade implica aqui considerar que os sentidos apenas são (im)possíveis em sua relação com a história. A língua - constitutiva e constituinte dos sujeitos - materializa discursos, que, por sua vez, materializam ideologias.

Para além da ‘comunicação’, a interação verbal passa, então, a ser compreendida não como um movimento de mensagens/informações de A em direção a B, mas como processo marcado pela incompletude, pelo equívoco, em que A e B, imbricados em relações de

alteridade, (re)posicionam-se continuamente enquanto sujeitos nos processos enunciativos. O discurso sendo, pois, sempre efeito, mobiliza já-ditos (e esquecidos), e (re)atualiza memórias a partir de determinadas condições de produção do dizer. Daí compreendermos que enunciar implica necessariamente um (des)arranjo nas redes de sentido sócio-historicamente constituídas.

Diante de nosso *corpus* da pesquisa cumpre-nos, portanto, justamente perguntar: por que esses efeitos de sentidos, produzidos em certos enunciados e não outros? Para responder a essa pergunta, faz-se necessário compreender condições mais amplas de produção dos dizeres.

3 Da biopolítica à necropolítica

Segundo Guilbert (2020), o termo *neoliberalismo* é usado para se referir a uma “nova” forma de liberalismo, que surgiu nos anos 1970 e que “prega de maneira mais afirmativa do que antes ‘a supressão ou ao menos a redução’ da intervenção do Estado na economia, e até a supressão ou a redução do Estado como tal.” (GUILBERT, 2020, p. 20-21). Ademais, Dardot e Laval (2016) defendem que o neoliberalismo, mais do que uma política econômica ou uma ideologia, é uma racionalidade cuja principal característica é “a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15). Nessa perspectiva, desenha-se um modelo de sociedade que privilegia o individual em detrimento do coletivo, uma vez que cada indivíduo é objetivado como uma empresa que precisa concorrer com outros indivíduos - empreendedores de si - numa disputa por recursos (materiais e simbólicos).

Dessa forma, nessa racionalidade neoliberal, direitos sociais historicamente conquistados, tais como saúde, educação, segurança e lazer são discursivizados como mercadorias que, como tal, devem ser consumidas/adquiridas por indivíduos, num modelo de concorrência em que os/as que conseguirem os recursos financeiros necessários têm acesso aos serviços em sua plenitude, enquanto os/as demais precisam se contentar com o mínimo. Contudo, como nos aponta Santos (2020), uma pandemia demonstra como o capitalismo neoliberal incide na dificuldade de o Estado responder às emergências. “As respostas que os Estados estão dando à crise variam de um para outro, mas nenhum pode disfarçar sua

incapacidade, sua falta de previsibilidade em relação a emergências que têm sido anunciadas como de ocorrência próxima e muito provável. (SANTOS, 2020, p. 27-28)

Nas condições de produção instauradas a partir da pandemia de Covid-19, testemunhamos os efeitos nefastos dessa política focada no individual em detrimento do coletivo, uma vez que pudemos acompanhar um cenário no qual centenas de milhares de brasileiros/as perderam a vida vítimas a um só tempo de complicações clínicas decorrentes da infecção por Sars-Cov-2 e também devido à falta de coordenação, por parte do Estado, em relação às medidas coletivas de prevenção - distanciamento físico, uso de máscaras, programas de vacinação. Essa racionalidade neoliberal do “salve-se quem puder pagar” acaba relegando a cada indivíduo a responsabilidade por conseguir se manter econômica e fisicamente, na ilusão de que a vida estaria assegurada com o emprego. Assim, o discurso contrário ao *lockdown* produz efeitos de apoio à classe trabalhadora ao passo que ocorre o silenciamento da exploração da força de trabalho da população.

Um conceito que nos ajuda a compreender o modo de (in)ação do Estado frente à pandemia é o conceito de *necropolítica*, proposto pelo camaronês Achille Mbembe (2016), o qual parte da noção de *biopoder/biopolítica* de Michel Foucault (1999), para o qual a soberania está intimamente ligada ao direito de vida e de morte: “É porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida” (FOUCAULT, 1999, p. 287). Foucault ainda argumenta que ocorre uma transição entre os séculos XVII/XVIII para o XIX, na medida em que o poder do soberano sai de uma lógica centrada no indivíduo, com técnicas de poder que recaíam sobre os corpos (anátomo-política), cabendo-lhe o direito de *fazer morrer* ou *deixar viver*; para uma outra forma de poder, a qual opera no nível da população, denominada biopolítica, na qual o soberano tem o poder de *fazer viver* ou *deixar morrer*.

Na biopolítica, o poder soberano lida com a noção de população: taxas de natalidade, mortalidade, longevidade, demografia, endemias. Nesse sentido, a doença é vista como um fenômeno populacional. Logo, o fazer viver/deixar morrer se materializa, por exemplo, na tomada de decisão sobre a construção de hospitais, investimentos em saneamento básico, desenvolvimento e/ou compras de vacinas. Ainda segundo Foucault (1999, p. 293), a biopolítica implanta mecanismos com “funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. [...] Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso

encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade”. Atuando sobre o corpo social, o biopoder visa maximizar as forças da população (economicamente ativa). Assim, o autor problematiza o que poderia ser lido como um paradoxo - o que leva o poder soberano a *deixar morrer*, num sistema político centrado no biopoder?

Mbembe (2016) parte dessa noção de biopoder/biopolítica, proposta por Foucault (1999) e busca questionar: “sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte?” (MBEMBE, 2016, p. 123). Em seu ensaio, o autor relaciona a noção de biopoder às noções de estado de exceção e de estado de sítio, ou seja, quando há a suspensão do “estado de direito”. Enquanto no estado de direito os sujeitos vivem como cidadãos plenos, como sujeitos de direito, o estado de exceção é um contexto em que os indivíduos não gozam de direitos como sujeitos plenos, passando quase a uma condição de objetos. Como exemplos, Mbembe (2016) cita os campos de extermínio e, ainda, as colônias, uma vez que nesses contextos há uma supressão dos direitos.

Foucault (1999) afirma que o racismo é o que configura a cisão entre os que devem viver e os que devem morrer. Mbembe (2016, p. 128) postula também que “a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade dos povos estrangeiros - ou dominá-los”. Esse é o ponto crucial da proposta de Mbembe em relação à biopolítica, uma vez que em contextos como o colonial acaba por se estabelecer um poder à margem da lei no qual dentre os próprios concidadãos há uma cisão entre os/as que são vistos como sujeitos plenos (que devem viver) e pessoas de segunda categoria (que podem morrer). Nas palavras do autor:

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à **instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço**; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, **entre o status de sujeito e objeto**. (MBEMBE, 2016, p. 135, grifos nossos)

Dessa forma, num contexto em que opera a necropolítica, a soberania é capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é, princípios esses presentes na gestão da pandemia por parte do governo Bolsonaro, o qual estabeleceu, por exemplo, protocolos questionáveis de compra das vacinas, pronunciamentos que incitavam a dúvida sobre a eficácia da vacinação, bem como o estímulo à imunidade de rebanho. Tais procedimentos nos permitem analisarmos os tuítes do governo à luz dos estudos sobre necropolítica, por entendermos que os enunciados fazem emergir regularidades que aproximam a postura do Estado a uma política de morte dos mais pobres.

4 Violência (des)velada: discursividades sobre o *lockdown*

Para o desenvolvimento das análises, observamos e organizamos regularidades enunciativas (des)veladas nos efeitos metafóricos possíveis de serem identificados no batimento entre o fio do discurso e a interdiscursividade de forma a expor a opacidade da língua(gem) nos dizeres. Tais regularidades são tomadas como evidências significativas, “elementos de recorrência, de idiosincrasia enunciativa, ou ainda, de efeito provocado pela natureza de organização dos sentidos na enunciação” (SANTOS, 2004, p. 114). Desse modo, mais do que identificar o conteúdo das postagens, interessa-nos investigar os processos dialógicos de significação do discurso em sua relação com a história e a ideologia, de modo a revelar possíveis percursos de “construção/atribuição/deslocamento dos sentidos” (SANTOS, 2004, p. 112).

Nesse sentido, os primeiros gestos de interpretação permitiram delinear três regularidades discursivas que emergem como evidências no *corpus* instaurado. A saber: i) o *discurso de rivalidade*, que produz efeitos de sentido de hostilidade e oposição e a imagem de Bolsonaro impedido; ii) o *discurso do desamparo*, o qual produz efeitos de desespero e a imagem de Bolsonaro expectador; e iii) o *discurso religioso*, que produz efeitos de esperança e a imagem de Bolsonaro como ungido de Deus. Esses discursos, aqui separados por razões didáticas, permitem-nos contemplar uma trama discursiva que se desenrola por meio de um jogo de silenciamentos, apagamentos, saturações que denotam embates de posições socioideológicas pelas quais as instâncias enunciativas se deixam interpelar.

Os discursos, ao tematizarem sobre o acontecimento instaurado com as medidas de *lockdown*, ancoram-se no desejo de controlar efeitos de sentido que colocam a imagem de Bolsonaro como um presidente responsável e funcionam produzindo sentidos que deslizam, falham, trazendo à baila a (im)possibilidade de coincidência do dizer consigo mesmo, a heterogeneidade constitutiva da palavra e os “esquecimentos” dos sujeitos. Nota-se o uso de mecanismos linguístico-discursivos que colocam ou retiram o presidente da cena enunciativa de modo a garantir-lhe o status de político comprometido com a vida dos cidadãos.

Passemos, pois, para a análise de dois tuítes relacionados ao primeiro discurso.

4.1. Discurso de rivalidade

Denominamos de *discurso de rivalidade* a enunciação que se configura em torno de alguns tuítes do vereador Carlos Bolsonaro, filho do então presidente, o qual frequentemente postava mensagens de apoio ao pai, sendo boa parte delas réplicas de enfiamento e defesas de críticas desferidas ao governo. Tais dizeres fazem emergir efeitos de sentidos de uma atmosfera política de constantes confrontos com uma oposição desleal.

No *corpus* em questão, instaura-se um conflito enunciativo em que se configuram efeitos de oposição entre o governo Bolsonaro e as figuras públicas e políticas que defendem abertamente as medidas restritivas na época indicadas para combater o avanço da pandemia de Covid-19. O discurso de rivalidade funciona como um ponto de partida e constitui os demais tuítes aqui analisados, isto é, a tomada da palavra parece orientar-se dialogicamente a um rival, um inimigo, um alvo a ser desmoralizado e combatido. Assim, emergem efeitos de sentidos que se aproximam de uma atmosfera de hostilidade e sectarismo entre os adeptos ao governo e os demais. Vejamos o primeiro tuíte (Figura 1).

Figura 1. Tuíte 1.



Fonte: <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1372931992157892611>

No dia 19 de março de 2021, Carlos Bolsonaro posta uma crítica, de forma irônica, acerca de supostas consequências de algumas medidas restritivas adotadas para o combate à disseminação da pandemia instaurada. No fio do dizer, observa-se que vários elementos são mobilizados em uma formação discursiva que exprime sentidos negativos (toque de recolher, *lockdown* indiscriminado, fome, perdas de direitos garantidos na Constituição), os quais são elencados para, então, se introduzir uma oração coordenada com valor aditivo/conclusivo: “E O NÚMERO DE MORTES AUMENTANDO”. As medidas restritivas citadas (toque de recolher e *lockdown* indiscriminado) se dispõem, na estrutura sintática, em paralelismo aos substantivos “fome” e “perdas”, produzindo semanticamente um efeito de sobreposição como se se tratasse da mesma coisa. Além disso, vê-se o uso do adjetivo “indiscriminado” para qualificar o *lockdown* e da expressão “garantidos na constituição” em referência aos direitos perdidos, evidenciando o antagonismo do político quanto às restrições. Vale reforçar que, na linguagem das redes sociais, o uso da oração coordenada em caixa alta remete à ideia de grito, o que reforça o efeito de hostilidade da mensagem.

Também é possível observar que o discurso da rivalidade atravessa e é atravessado por um discurso negacionista e anticientificista, o qual coloca em descrédito as medidas restritivas, ainda que respaldadas por discursos de autoridade referendados por especialistas e cientistas de todo o mundo. Há ainda uma manobra discursiva que produz efeitos de totalidade para algo pontual, isto é, alega-se que direitos foram perdidos, quando, na verdade, as medidas sugeridas pelos órgãos de saúde são restrições temporárias do direito de ir e vir dos cidadãos, com o objetivo de conter a disseminação do vírus. Cria-se, assim, na escrita, um cenário de caos, reforçado pelo enunciado “destruição da dignidade e bem estar das pessoas” para se responsabilizar “o garganta profunda das narrativa\$”. Percebe-se, pois, que a linha argumentativa do tuíte está direcionada ao ataque “de um tipo de pessoa”, a qual, apesar de não nomeada, parece referir-se ao governador de São Paulo, João Doria, que era frequentemente chamado de “calcinha apertada” por Bolsonaro e seus filhos³.

³ O termo “calcinha apertada” foi usado por Bolsonaro para fazer alusão ao governador João Doria, após este viajar para Miami, na véspera do Natal, tendo defendido a adoção de medidas restritivas em São Paulo, conforme noticiado no *site*: <https://oglobo.globo.com/brasil/na-vespera-de-natal-bolsonaro-chama-doria-de-calcinha-apertada-diz-que-nao-se-responsabiliza-por-reacoes-vacina-1-24811625>.

Chama-nos atenção o uso de um termo com teor sexual (“garganta profunda”) e o uso do “\$” na palavra “narrativa\$”. Se, por um lado, o uso do cifrão poderia colocar em xeque os motivos pelos quais o oponente político estaria preocupado com a pandemia, sugerindo, por exemplo, que tudo não passa de mero interesse pessoal; por outro, vê-se que o efeito de rivalidade parece se sustentar não apenas na crítica da gestão política de um opositor, mas no questionamento de suas supostas práticas sexuais. Vale lembrar que o governo Bolsonaro teve forte apoio da ala evangélica e usa a moralidade cristã como pauta ideológica desde a campanha eleitoral (no combate à “ideologia de gênero” ou na propagação de uma heteronormatividade que se manifesta, por exemplo, na defesa da “família tradicional”).

Assim, a expressão “garganta profunda”, aliada aos sentidos já instaurados pelas constantes rixas entre Bolsonaro e João Doria, é mobilizada na tentativa de desmoralizar o “rival”. Isso se dá pela identificação dos eleitores a redes de memória discursiva (PÊCHEUX, 1999) que remontam preceitos morais, os quais estabelecem, por exemplo, que a figura do homem, necessariamente inscrito numa posição de heterossexualidade, não deve, usar calcinha ou praticar sexo oral em outro homem. Tais atos emergem como sentidos relacionados às expressões “garganta profunda” e “calcinha apertada”.

Vejamos o segundo Tuíte (Figura 2).

Figura 2. Tuíte 2.



Fonte: <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1373605491880919040>

No dia 21 de março de 2021, Carlos Bolsonaro tuíta uma mensagem em que novamente critica medidas restritivas, afirmando que “nenhum narcotraficante foi tão humilhado quanto um comerciante ou um ambulante nesta pandemia”. O uso da voz passiva silencia o agente da ação, todavia, se considerarmos as condições de produção instauradas pelo acontecimento da pandemia e as possibilidades de substituição pelos discursos-transversos, temos que: *i) muitos*

governadores adotaram lockdown; ii) o lockdown tirou a dignidade das pessoas; iii) os governadores que adotaram lockdown tiraram a dignidade das pessoas.

Nesse sentido, ao remeter à ideia de um cidadão humilhado, que no enunciado em análise retoma o fato de que, em alguns casos, comerciantes e profissionais liberais não puderam optar por continuar com suas atividades durante a pandemia, o dizer de Carlos Bolsonaro nos permite interpretar que a escolha individual de não fazer *lockdown* deveria se sobrepor às medidas institucionais de saúde pública de controle das infecções e, conseqüentemente, dos casos de internação e óbito. Assim, a ideia de um Estado que estabelece protocolos para o cuidado à saúde pública é substituída por um Estado que humilha ao negar o direito ao trabalho.

Semelhante ao que acontece na primeira postagem analisada, o discurso da rivalidade opera, por um lado, como uma estratégia discursiva de cooptação de cidadãos/(e)leitores, em torno de um sentimento de revolta contra os governadores e prefeitos que teriam humilhado tais profissionais, por conta da adoção de medidas restritivas e, por outro, como argumentação velada em defesa de que as engrenagens que movem a economia não podem parar de forma alguma, ainda que seja à custa da vida das pessoas. No entanto, não de quaisquer pessoas, mas principalmente dos assalariados, dos informais, de pequenos comerciantes e profissionais liberais, ou seja, de uma classe trabalhadora que, geralmente, depende de comissões, salários e proventos recebidos diariamente/mensalmente para a sobrevivência de si e de suas famílias. Trata-se de um procedimento necropolítico que busca velar a ingerência do Estado sobre as medidas de isolamento a partir do argumento sobre liberdade individual.

Essa estratégia discursiva também pode ser observada na próxima análise (Figura 3).

Figura 3. Tuíte 3.



Fonte: <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1374752395729723396>

No Tuíte 3, publicado no dia 24 de março de 2021, o vereador Carlos Bolsonaro novamente argumenta que a população está morrendo de fome em decorrência da adoção de medidas restritivas determinadas por parte de alguns governantes. O raciocínio seguido na postagem pode ser ilustrado pelo esquema: *i) muitos governadores e prefeitos adotaram lockdown; ii) o lockdown matou as pessoas de fome; iii) muitos governadores e prefeitos mataram as pessoas de fome.*

Estabelece-se, assim, no fio do dizer, novamente um contraponto de embate e enfrentamento entre o “nós” (governo do presidente) e “eles” (demais governantes), o qual tem seu clímax na oração adversativa “Mas a narrativa não pode parar”, a qual traz à baila a presença de um outro (esses que produzem certas narrativas) para quem se dirige a palavra. À oração adversativa, segue-se uma oração com efeito de aposto: “A CULPA É DO PRESIDENTE, mesmo agindo desde o início”, que delimita o escopo da narrativa mencionada. Como no primeiro tuíte, observa-se o uso de caixa alta conferindo ênfase ao dizer, como se o enunciador buscasse enfatizar o dito gritando, o que corrobora um discurso de rivalidade e o efeito de inocência, perseguição e “blindagem” ao então presidente.

A oração subordinada concessiva “mesmo agindo desde o início” chama-nos atenção não apenas pelo seu efeito vago, haja vista não apontar como ou que medidas estariam sendo tomadas - o que é, aliás, reforçado pelo uso do verbo no gerúndio que não deixa claro o sujeito da oração -, mas especialmente pela necessidade mesma de se fazer tal afirmação quando se considera que o mínimo a se esperar de um chefe de uma nação é que tome providências frente a uma crise sanitária de tamanha proporção. Em outras palavras, “mesmo agindo desde o início” se configura como um enunciado que não cessa de se inscrever, que satura certos sentidos ao mesmo tempo em que silencia outros.

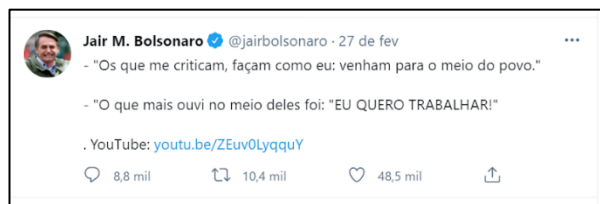
O discurso da rivalidade tenta construir a imagem de um presidente responsável, por meio de efeitos de sentido que remetem à hostilidade e perseguição de seus opositores. Ao mesmo tempo que se coloca em cena a imagem de um líder que tenta lutar, agir e combater a pandemia, também se cria uma narrativa de um líder que é impedido de cuidar do seu povo, pois está barrado pelo *lockdown* imposto por outros políticos e imobilizado pelo governo federal que fere o direito à liberdade e não o deixa fazer nada. Arma-se, assim, o cenário para a atuação de um “salvador”.

Nosso gesto de leitura faz coro aos resultados apontados pelo estudo de Viscardi (2020), o qual investiga postagens de Bolsonaro e analisa como a lógica de um “populismo digital raivoso” se manifesta nas redes sociais do então presidente. A autora toma por *corpus* tuítes em que são mencionadas as palavras verdade, mentira e *fake news*, entre agosto e outubro de 2018 (e, portanto, durante a campanha presidencial) e nos primeiros 80 dias de atuação do governo Bolsonaro. Nas palavras de Viscardi (2020, p. 1139), a raiva de Bolsonaro se constitui como uma marca que, para além de definir sua mensagem, é corporificada “na persona do atual presidente, mas também define o próprio populismo, que se vale dessa dimensão para criar um sentido de união de um grupo e estabelecer a identificação desse grupo com seu líder”. (VISCARDI, 2020, p. 1153)

4.2. Discurso do desamparo

O discurso do desamparo se ancora na construção da imagem de um presidente comprometido e responsável, ao se mostrar sensível à situação trágica de vários brasileiros. Por meio da produção de efeitos de sentido que remetem à ideia de desespero, socorro e compaixão, Bolsonaro se projeta como um líder cristão, sempre atento ao sofrimento e às necessidades dos mais pobres. Vejamos o Tuíte 4 (Figura 4).

Figura 4. Tuíte 4.



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1365615734827732994>

Na dimensão intradiscursiva, nota-se a figura de um líder que busca enunciar a partir da voz do povo, ao tomar o citado sofrimento por não estar trabalhando como justificativa às citadas críticas feitas, evidentemente relacionadas ao seu enfrentamento aos discursos científicos e técnicos que defendiam medidas de isolamento e *lockdown*. O efeito de protagonismo que ele se atribui no combate à pandemia chama a voz do povo para si,

legitimando-se como um representante que ouve e compreende os seus. Nessa esfera, é possível observar a retomada de uma memória discursiva de Jesus, como um líder que sempre esteve ao lado dos pobres e desvalidos, premissa que dialoga com o valor cristão de se manter uma conduta de servir e não de ser servido. Os ditos e não ditos de Bolsonaro buscam novamente se aproximar de seus apoiadores cristãos, ao mesmo tempo que acenam para uma ideologia de mercado que apaga a fragilidade da manutenção da vida dos trabalhadores.

Vale também ressaltar aqui o uso da citação direta, em caixa alta, que acena para o clamor do povo: “EU QUERO TRABALHAR”. Todavia, há um jogo entre locutores mobilizado pelo enunciador que aponta para o equívoco dessa primeira leitura: a manobra discursiva utilizada para neutralizar as críticas feitas ao governo se fundamenta no embate entre o “eu” (o presidente), “vocês” (“os que me criticam”) e “eles” (o povo). Desse modo, o tuíte, ao mesmo tempo que tenta reforçar a imagem de um político que tem autoridade para falar em nome do povo (cumprindo, assim, a função que lhe cabe), (des)vela sentidos de segregação, afinal, pode-se estar “no meio do povo” sem necessariamente ser um com este.

Estratégias discursivas semelhantes podem ser observadas no quinto (Figura 5) e no sexto (Figura 6) tuíte.

Figura 5. Tuíte 5.



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1367528858606575619>

Figura 6. Tuíte 6.



Fonte: <https://twitter.com/DoutorUrublu/status/1372968697778831367>

Os Tuítes 5 e 6 nos chamam a atenção pelo seu apelo emocional e pela forma como trazem a discussão para o âmbito pessoal: o presidente que diz enunciar a partir da voz do povo agora se volta para a memória discursiva do papel de um pai de família, como aquele que deve ser capaz de suprir as necessidades alimentícias de seu núcleo familiar. O Tuíte 5 novamente assevera o posicionamento ideológico contrário do presidente quanto às medidas restritivas que determinaram o fechamento de vários setores do comércio, retomando uma oração excessivamente utilizada no contexto pandêmico instaurado - atividade essencial -, a qual funciona discursivamente de modo a delimitar os sentidos, circunscrevendo-os no âmbito do que é elencado pelo enunciador. Nesse caso, temos a predicativa “toda aquela necessária para um chefe de família levar o pão para dentro de casa!”.

É importante também reforçar que o uso do enunciado “chefe de família” não só mobiliza a memória do cidadão responsável e respeitável que tem dependentes e para o qual seria inadmissível deixar faltar o pão, como também faz emergir sentidos relacionados a um modelo patriarcal de família. Embora a expressão “levar o pão” possa ser associada a uma máxima do senso comum que remeteria a qualquer outra comida, é relevante retomarmos que o pão é considerado um dos alimentos mais antigos do mundo e é representado na Bíblia como um símbolo de bondade, união e compartilhamento. Logo, ao retomar o alimento símbolo da fé cristã, Bolsonaro novamente dialoga com os cristãos que o apoiam, esvaziando, assim, a

concepção de atividade essencial como aquelas que não poderiam ser interrompidas durante a pandemia. Todo pai de família terá em seu trabalho uma atividade essencial.

No entanto, o então presidente utiliza o termo “chefe” em vez de “pai”, o que ainda reforça a figura do homem como aquele que dá ordens e tem subordinados em sua casa, o enunciado também promove o apagamento de outras configurações familiares em que, por exemplo, a mulher seria mantenedora do lar. Esse apagamento retoma o discurso da família tradicional brasileira, inscrição ideológica amplamente reforçada pelos dizeres de Jair, asseverando, novamente, as possibilidades de identificação de parte da população que defende princípios religiosos que enaltecem modelos conservadores e machistas de família.

O Tuíte 6, por sua vez, faz menção a uma reportagem sobre as dificuldades enfrentadas por boa parte dos brasileiros que perderam renda durante a pandemia⁴. Os dizeres “choro para comer” e “já passou do ½ dia” para avaliar o conteúdo da reportagem asseveram o cenário de caos vivenciado por esses brasileiros, retomado de forma oportuna pela postagem de Bolsonaro. Ao responsabilizar novamente a adoção das medidas restritivas de combate à Covid-19 pela fome de parte da população brasileira, Jair apaga, no fio do dizer, o seu lugar de gestor público para se posicionar no lugar de um expectador solidário e compassivo, que observa com empatia a situação de fome daqueles que sofrem com a pandemia.

Todavia, o faz descolando-se de sua responsabilidade como chefe de Estado de comandar políticas eficazes de enfrentamento da pandemia e de cuidados com a população mais pobre, a qual, invariavelmente, é aquela que mais sofre com situações de emergência, uma vez que parte de sua subsistência costuma estar vinculada a políticas públicas de assistência social advindas do governo federal. Esses procedimentos de isenção de incumbências novamente fazem eclodir o funcionamento dos dispositivos necropolíticos do governo Bolsonaro, nos quais a responsabilidade pela morte dos mais pobres é terceirizada e dirimida pela importância da manutenção das engrenagens econômicas. Valendo-se de uma retórica que tende a chocar e sensibilizar o (e)leitor, o enunciador apaga o seu papel de chefe de Estado e transfere, por meio de não ditos que poderiam ser acessados pelas suas constantes,

⁴ A reportagem está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=uVGB_8NMzHI.

a culpa pela insegurança alimentar da população para os políticos que optaram por adotar medidas de isolamento que entraram em conflito com os interesses do mercado.

O lugar de isenção de chefe de Estado por parte do enunciador também pode ser percebido no Tuíte 7 (Figura 7).

Figura 7. Tuíte 7.



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1370762363645870083>

O Tuíte 7 reforça os sentidos de desresponsabilização do Estado em relação aos cuidados com a vida de uma população em situação de vulnerabilidade, o que revela, novamente, traços da ideologia neoliberal, por meio de um discurso necropolítico velado, que argumenta que as políticas públicas seriam um paternalismo negativo para o povo. No enunciado, Bolsonaro destaca uma fala sua em uma entrevista de 13 de março de 2021, em que tece críticas à condução da pandemia no Brasil. Além do enunciado presente na postagem, alguns outros foram proferidos na entrevista, a saber: “não esperar que uma pessoa resolva o seu problema, esse problema é de todos nós”, “tudo o que vem fácil não se valoriza”, “eu não sou pai do Brasil não”, “o que nós temos mais de sagrado é nossa liberdade”, “o pessoal vai devagar, devagar, tirando seus meios, tirando tua esperança, tirando teu ganha pão, você passa a ser obrigado a ser sustentado pelo Estado”.

Tais dizeres se inscrevem no discurso do desamparo à medida que projetam o presidente como quem observa o cenário, se compadece das pessoas, critica os opositores, mas que nada pode fazer, uma vez que a solução está no indivíduo, que, com seu trabalho,

produz e não deve depender de políticas públicas de assistência social. Por meio de um diálogo perverso com a ideologia neoliberal de um Estado mínimo, em que o governo procura intervir pouco ou nada na economia e nas questões sociais, os dizeres de Jair apagam as desigualdades sociais, deixando a entender que todos possuem as mesmas condições de produzir e de se alimentar, devendo estes buscar formas de não depender dos “favores” do Estado. Tal linha discursiva também esconde que a ausência de políticas de apoio à população mais vulnerável provoca morte, seja por fome ou doença, desses desvalidos.

No enunciado destacado - “Quanto mais gente for obrigada a viver de favores do Estado, mais dominado fica esse povo” -, reforçam-se os sentidos de segregação, produzidos no Tuíte 4. A expressão “esse povo” reforça a distância entre “eu” e “eles” e o substantivo “favores” parece funcionar metaforicamente para substituir o enunciado “intervenção do Estado”, trazendo à baila o valor negativo que se atribui a ele e a medidas de combate às desigualdades que deveriam emergir dele. Além disso, usa-se o verbo ‘dominar’, em uma oração na voz passiva, apagando-se o agente da ação: por quem/pelo que, afinal, esse povo fica mais dominado? Vê-se, portanto, que o tuíte novamente orienta-se dialogicamente a uma parte específica da população brasileira: os apoiadores do presidente e, dessa forma, também corrobora o discurso de rivalidade, retomando a memória de uma oposição que dominaria a população mais pobre somente oferecendo programas sociais de combate à pobreza.

Acresce-se a isso o fato de, na entrevista em questão, Bolsonaro sugerir que a liberdade do povo brasileiro está em risco, liberdade essa que é usada em suas falas para argumento de incentivo ao relaxamento das medidas de isolamento, as quais entram em conflito com os interesses da ideologia neoliberal de mercado. A regularidade do discurso do desamparo analisada abre espaço para que o discurso religioso e a ideia de uma proteção transcendental aos que sofrem reverberam e contribuam para a imagem de um presidente isento de culpa.

4.3. Discurso religioso

Embora o atravessamento do discurso cristão já tenha sido identificado em análises dos tuítes anteriormente apresentados, também identificamos que a discursividade religiosa funciona no *corpus* como a forma ideal de “resolver” o desamparo vivenciado por parte da

população brasileira. Bolsonaro se projeta como um presidente responsável e empático, mas que (supostamente) só lhe resta apelar a um ser superior, o Deus cristão, haja vista os obstáculos ao seu governo, colocados por seus opositores. Vejamos o Tuíte 8 (Figura 8).

Figura 8. Tuíte 8.



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1376349483563368454>

No dia 28 de março de 2021, o então presidente publicou dois tuítes, em que convoca a população para um “dia de jejum e oração pelo bem e pela liberdade de nossa nação”. No tuíte, há ainda uma fotografia do então presidente levantando um quadro de um Cristo com os dizeres “Jesus eu confio em Vós”. Novamente há a ideia de liberdade mencionada no Tuíte 7, associada à recusa da adoção do *lockdown*, o que é reiterado pela oração adversativa: “mas sem abrir mão da dignidade de cada um”, a qual retoma os efeitos de sentido dos Tuítes 1 e 2, de Carlos e os Tuítes 5 e 6, de Jair Bolsonaro. Assim, escamoteando os interesses econômico-capitalistas vinculados à campanha de seu governo “o Brasil não pode parar”, - lançada também em março de 2021, o enunciador busca convencer seus interlocutores de que viver com dignidade implica poder (ter liberdade para) sair para trabalhar, ganhar uma renda e não morrer de fome.

O discurso religioso tem, a nosso ver, uma dupla função: por um lado, intenta mostrar superioridade benevolente no discurso da rivalidade instaurada, construindo a imagem de presidente como “homem de bem”, cristão e preocupado com as vidas dos brasileiros; por outro, reforça a ideia de que há um inimigo que deve ser combatido e que é contrário à dignidade/liberdade das pessoas de poderem escolher trabalhar para seu sustento. A ideia de

um inimigo é reforçada pela utilização de expressões que circunscrevem o tuíte no campo discursivo de um conflito, a saber: “seguir lutando”, “força”, “batalha”, “venceremos”, o que ativa três redes de memória que gravitam em torno da figura discursiva de Jair Bolsonaro: a memória de um governo que se elege com um discurso bélico de defesa da liberação de armas de fogo e de enaltecimento de um modelo de segurança pública representado pelo enunciado “bandido bom é bandido morto”; a ideia de que há sempre um inimigo (os governadores, a Ciência, a Rede Globo, as universidades, o PT) que parece desejar que seu governo não funcione e, por isso, estabelece um enfrentamento contra um líder declaradamente cristão; e a premissa ideológica defendida por algumas igrejas apoiadoras do presidente de que há sempre um inimigo que representa o mal demoníaco e que conspira contra os seus fiéis e a igreja.

Além disso, é importante ressaltar que o discurso religioso que emerge dos dizeres de Bolsonaro dialoga com o cristianismo, o que tende a apagar as outras crenças existentes, impondo um efeito de verdade de uma fé única e inquestionável, bem como ferindo os princípios constitucionais de um Estado laico que, de forma estrita, prevê a separação administrativa entre Estado e Igreja, bem como a liberdade e a proteção das diferentes crenças. Esse aspecto é reforçado pelo versículo mencionado na *thread* (“bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor”), retirado do livro de Salmos, que intensifica o efeito de verdade pelo uso de um texto bíblico, regra de fé para os cristãos, o que confere *status* de sacralidade (e, portanto, inquestionabilidade) ao dizer. O versículo associa o presidente a um intercessor entre Deus e o povo, haja vista ser ele o chefe de Estado, mas que tende a enunciar somente do lugar discursivo de cristão. Questão semelhante pode ser observada no Tuíte 9 (Figura 9).

Figura 9. Tuíte 9.



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1379219816570089474>

Finalmente, no Tuíte 9, vemos novamente a inscrição no discurso religioso quando da constatação, por parte do presidente, de que três a cada quatro pessoas que receberam imóveis de seu governo se encontram desempregadas. Chamamos a atenção para o uso de dados quantitativos (ainda que não haja mais informações a respeito do total de pessoas beneficiadas pelo recebimento desses imóveis), causando um efeito de totalização de modo a asseverar o cenário de caos. Diante dessa constatação, vem à tona o enunciado: “Só Deus sabe como elas sobrevivem”, o qual projeta um locutor que parece não coincidir com o lugar de chefe de Estado, uma vez que deste se espera que tenha conhecimento sobre a situação econômica e de vulnerabilidade da população para a qual governa. Ao se valer do efeito proverbial de cunho religioso (“Só Deus sabe”), desresponsabiliza-se o Estado de qualquer obrigação de providência para com o indivíduo, já que “o futuro só a Deus pertence”.

Portanto, é possível reconhecer que o discurso religioso corrobora a imagem de um presidente responsável que governa, mas sai de cena para que “Deus” atue com os seus mistérios. Esse lugar de inocência busca isentar sua responsabilidade no combate ineficaz à pandemia, ao permitir sentidos que o coloquem somente como mediador entre a vontade divina e o povo brasileiro. Assim, práticas religiosas como o jejum e a oração seriam tão ou mais eficazes no combate às mazelas advindas da crise sanitária do que políticas públicas de enfrentamento ao caos instaurado no início de 2020.

Ao refletir sobre o funcionamento das formações ideológicas no interior dos aparelhos ideológicos, Pêcheux (2019, p. 324) nos lembra que a evidência e o absurdo “são primos, primos carnais, e, precisamente, que muitas evidências que neste momento são tomadas como tais, e muitos absurdos que também tomamos como tais, aparecerão retrospectivamente como absurdos, e vice-versa”. Resta-nos reconhecer que as postagens aqui analisadas apresentam uma regularidade que funciona nesse batimento entre um desejo de delinear a representação de um líder cristão, sempre bem intencionado e perseguido por uma oposição insensível à importância do trabalho; e o absurdo constantemente velado que esquadrinha dispositivos ideológicos de uma necropolítica que banaliza a vida e descarta os corpos proletários, os quais representaram uma linha de frente demasiadamente atingida pela vulgarização das medidas de isolamento instauradas durante o acontecimento pandêmico.

Considerações Finais

A análise dos tuítes do então presidente Bolsonaro e de seu filho, Carlos Bolsonaro, acerca da adoção de medidas restritivas em combate à pandemia de Covid-19 aponta para a constituição de uma trama discursiva que se desenrola, no ciberespaço, a partir de um jogo de dizeres, silenciamentos e apagamentos, sustentado por regularidades que denominamos: i) o discurso de rivalidade, que gera caos, desacredita a ciência e representa o presidente como injustiçado por seus oponentes políticos; ii) o discurso do desamparo, que sustenta o anterior ao projetar o presidente como ‘homem do povo’, que se envolve e se compadece, mas que não pode fazer mais do que ‘observar’ as mazelas da população; iii) e o discurso religioso, que projeta o presidente como amparado/ungido por uma força maior, transcendental, à qual se deve apelar em busca de socorro.

Tais discursos são constantemente atravessados por uma interdiscursividade neoliberal, que, por sua vez, funciona como um sempre já-dito econômico-capitalista que, mesmo que não se materialize em enunciados concretos, faz emergir sentidos que estabelecem maior importância ao mercado do que a adoção e o respeito a medidas restritivas de visavam combater a disseminação do vírus pandêmico. Ao transferir a culpa para governadores e prefeitos, o presidente se isenta, ao mesmo tempo, das mazelas enfrentadas pelos cidadãos e das reclamações do mercado que entende não poder parar. Assim, apagam-se os modos de produção das condições materiais de existência, baseados na exploração da classe trabalhadora, em função da responsabilidade individual e da construção de álibis que visam inocentar o presidente, seja da pandemia, seja da recessão econômica.

Referências

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. *In*: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LACERDA, G. H.; DI RAIMO, L. C. F. D. Silêncio, ironia e resistência: uma análise discursiva de memes em resposta a Michel Temer via Twitter. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem**, n. 10, p. 103-123, 2019.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, 2016.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* (org.). **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. Formações ideológicas, aparelhos ideológicos do Estado, formações discursivas. *In*: OLIVEIRA, G. A. de; NOGUEIRA, L. **Encontros na análise do discurso**: efeitos de sentidos entre continentes. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus** [recurso eletrônico] / Boaventura de Sousa Santos. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, J. B. C. dos. Uma reflexão metodológica sobre análise de discursos. *In*: FERNANDES C. A.; SANTOS, J. B. C. dos (org.). **Análise do discurso**: unidade e dispersão. Uberlândia: Entremeios, 2004. p. 109-118.

VISCARDI, J. Verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trab. Ling. Apl.**, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, 2020. DOI: 10.1590/01031813715891620200520

Recebido em: 01.01.2023

Aprovado em: 03.05.2023